

Capital prioriza área social

por Lázaro Evarí de Souza
de São Paulo

O próximo prefeito paulistano trabalhará no ano que vem com um orçamento de Cr\$ 15.066 trilhões que prioriza os investimentos na área social. Para essas aplicações foi destinado 68,9% do total, sendo mais beneficiados os transportes (Cr\$ 2,9 trilhões), educação e cultura (Cr\$ 2,087 trilhões), habitação e urbanismo (Cr\$ 1,9 trilhão), assistência e previdência (Cr\$ 1,7 trilhão) e saúde e saneamento (Cr\$ 1,6 trilhão). Paralelamente, o futuro prefeito terá de administrar um déficit de Cr\$ 1,2 trilhão, que corresponde a 12% do orçamento previsto.

A proposta orçamentária foi enviada ontem à Câmara Municipal pelo prefeito Mário Covas, que, em entrevista à imprensa, destacou a ênfase que seu governo deu aos investimentos nas áreas sociais, lembrando que, entre 1980 e 1982, esses setores tiveram uma participação média de 29% no orçamento, "ao passo que, a partir de 1983, se inicia uma elevação e neste

ano de 1985 serão atingidos os 38,2%".

Esta previsão orçamentária de Cr\$ 15 trilhões supera em 240% o orçamento previsto para este ano, era que, de Cr\$ 4,4 trilhões, e em 200,6% a receita atualizada de 1985, que deverá ultrapassar os Cr\$ 5 trilhões. Do total do orçamento, 72% será proveniente de arrecadação de tributos e taxas municipais e os 28% restantes serão obtidos através de empréstimos internos e externos.

Na previsão de tributos e taxas, o município espera arrecadar cerca de Cr\$ 1,4 trilhão com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que representa 9,4% da receita total, e Cr\$ 2,7 trilhões com o Imposto Sobre Serviços (ISS). A cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que representa 29,1% da receita total do município, deverá atingir Cr\$ 4,3 trilhões.

Em relação à cota-parte, Covas afirmou que a participação do município de São Paulo na distribuição desse tributo vem caindo

sistemáticamente, uma vez que em 1976 esta participação era de 45,92% e para o próximo ano ela não passará de 31,76%. Segundo o prefeito, isso se deve, basicamente, ao processo de terciarização do município e também à instalação das indústrias em outras regiões.

O prefeito paulistano mostrou-se bastante cético em relação às possibilidades de o município fazer novos e volumosos investimentos, porque, segundo ele, quando se dá prioridade ao social, que tem um custeio muito alto, sobra cada vez menos recursos para investimentos. "Quando se pavimenta uma rua quase não se necessita fazer manutenções, mas ao se ampliar a rede de escolas, hospitais e postos de saúde gasta-se mais 20% do orçamento todos os anos", destaca Covas.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Tanto o prefeito quanto o secretário de Finanças,

Denisard Alves, entendem que somente uma reforma tributária verdadeira, que englobe modificações na arrecadação da Taxa Rodoviária Única (TRU) e na parceria do ICM — exportação, poderá amenizar a situação.

Para Alves, que afirmou que as relações com o Ministério da Fazenda melhoraram bastante depois da saída de Dornelles, o futuro prefeito enfrentará alguns problemas se a Câmara não aprovar três projetos que estão em pendência já há algum tempo: um que prevê o empréstimo de US\$ 60 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um de Cr\$ 40 bilhões que o Estado de São Paulo concederia ao município a fundo perdido e um terceiro que contempla a ampliação do limite de emissão de Apólices do Tesouro Municipal de 25 milhões para 53 milhões de títulos e cujo montante arrecadado seria destinado a desapropriações.